REFORMAS PARA DAR SEGURANÇA A QUEM PRODUZ

NILSON LEITÃO

PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA)

DA REDAÇÃO

Novo presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) por um ano – já que o regimento interno, que previa mandatos de dois anos, mudou –, o deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT) destacou-se como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que investiga irregularidades na demarcação de terras indígenas e na reforma agrária.

A sua pauta na FPA envolve a implantação de uma nova legislação nas leis ambientais e dos trabalhadores rurais, bem como a finalização da CPI da Funai e do Incra. Quanto à Lei de Proteção de Cultivares, "estamos em estágio final, e a desoneração fiscal dos insumos agropecuários também é um pleito antigo a dar andamento", declara Leitão. "Sabemos da responsabilidade da FPA perante os assuntos em que o agronegócio está envolvido no País", completa.



AGROANALYSIS: A FPA CONSOLIDA-SE COMO UMA BANCADA DE FORÇA POLÍTICA, MAS COM CONTEÚDO?

NILSON LEITÃO: Não temos a menor dúvida quanto a isso. Em diferentes momentos, a nossa bancada demonstrou essa força política própria. Com conteúdo, sim. Sempre acolhemos com atenção as bandeiras que nos são apresentadas pelas entidades representativas do setor produtivo rural. Somos orientados por seus pleitos e demandas, para podermos defendê-los tanto no âmbito do poder Legislativo, quanto no Executivo e no Judiciário. Percebemos essa força política pelo comportamento da nossa bancada no acolhimento das demandas do setor de maneira coesa. Essa sinergia, sem dúvida, leva-nos a lograr muitos êxitos.

O AGRONEGÓCIO GOZA DE UMA INFLUÊNCIA À ALTURA DA SUA REPRESENTATIVIDADE NO PAÍS?

NL: Podemos afirmar claramente e fazemos esta afirmação sem hesitação. Já imaginou se o setor mais exitoso da economia não gozasse de influência à altura de sua representatividade? Podemos citar alguns exemplos para mostrar a nossa fala: já recebemos o presidente Michel Temer duas vezes, como também recebemos a visita do ministro Padilha, do ministro Moreira Franco, do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e do secretário da Previdência, Marcelo Caetano. Muitas outras autoridades vieram até a nossa sede para debater temas de interesse do setor produtivo rural. Somos cerca de 240 parlamentares, entre deputados e senadores. Todos defendem a agropecuária brasileira. Porém, os desafios pela frente existem. É conveniente lembrar a importância de as nossas leis acompanharem os avanços e a evolução do setor. Foram elaboradas há muitos anos, quando éramos importadores de alimentos. Hoje, somos um participante ativo no mercado internacional.

> “(...) O SENTIMENTO É DE EMPENHO DOS PRODUTORES RURAIS NA INCLUSÃO DOS DADOS DE SUAS PROPRIEDADES NESTE SISTEMA [O CAR].”

PELAS ESTATÍSTICAS REGISTRADAS NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CRA), O DESLANCHE DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA) GANHA FORÇA?

NL: Pelo levantamento a nós apresentado, o sentimento é de empenho dos produtores rurais na inclusão dos dados de suas propriedades neste sistema. Há uma consciência forte dessa necessidade. A nossa orientação é de que os produtores não deixem de se cadastrar. Um registro significativo é o de quase 4 milhões de imóveis já estão cadastrados na base de dados deste sistema. Isso corresponde a uma área de 401 milhões de hectares. O CAR é obrigatório e se insere no contexto do Código Florestal brasileiro, que tanto nos empenhamos em aprovar tempos atrás.

HÁ COMO ACELERAR A MOROSIDADE DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL?

NL: Todos os membros da FPA trabalham diuturnamente para reverter essa situação e acabar com esta morosidade. Estamos negociando com o Ministério do Ambiente, o Ministério da Agricultura e a Casa Civil alguns ajustes nessa legislação. O clima é de otimismo em chegarmos a um acordo sobre o assunto. Temos um bom texto elaborado pelo deputado gaúcho Mauro Pereira. Contamos com a ajuda da Casa Civil da Presidência da República para chegarmos a um consenso. A modernização da legislação ambiental resultará em muitas obras, empreendimentos e atividades geradores de postos de trabalho e desenvolvimento econômico e social por esse Brasil adentro. Nosso desejo é desburocratizar, otimizar e destravar os processos de licenciamento ambiental.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PONTOS A SEREM INSERIDOS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA O CAMPO?

NL: Estamos também debruçados e preocupados sobre esse tema. É conveniente a compreensão da necessidade de o trabalhador no campo merecer um tratamento diferenciado em relação ao urbano.

Como se sabe, a atividade agropecuária possui um calendário próprio de atividade. Chova ou faça sol, com lua ou sem lua, lá está o trabalhador rural a plantar, colher e ordenhar. Dia ou noite, lá está ele na labuta. Na maioria das vezes, o trabalho é sazonal, com picos no plantio e na colheita. Como podemos perceber, é, na verdade, uma atividade bem diferente das da cidade. Portanto, merece tratamento diferente. O governo Michel Temer possui uma proposta para promover a reforma na legislação trabalhista. Nós, da base, evidentemente apoiaremos, mas teremos sugestões a fazer em relação ao trabalho no campo. Eu mesmo apresentei o Projeto de Lei nº 6.442/16, sobre trabalho rural, ora em tramitação.

COMO EQUACIONAR O PAGAMENTO DE PATENTES PELOS PRODUTORES COM O USO DE SEMENTES?

NL: Assunto em nosso foco, elaboramos uma legislação específica sobre a Lei de Proteção de Cultivares, da qual fui o relator. Existe uma comissão especial na Câmara, presidida pelo deputado paranaense Evandro Roman, na condução zelosa e competente desse tema. De forma particular, defendemos a necessidade de alteração da lei atual. Pelo fato da não remuneração pelo trabalho de melhoramento genético, corremos o risco de comprometer o futuro da pesquisa no setor. A ideia é favorecer a qualidade na produção agropecuária, o aumento da produtividade e a valorização e o incentivo da pesquisa.

TEMOS PROBLEMAS SÉRIOS COM RELAÇÃO À DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS?

NL: Temos problemas muito sérios nesta área. Por isso, desengavetamos a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215/00, em tramitação no Congresso Nacional, quando presidimos a sessão que aprovou, por unanimidade (22 a 0), o seu relatório. Esta PEC propõe atribuir entre as competências da Câmara e do Senado Federal a aprovação de demarcações das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas. A ideia é estabelecer os critérios e os procedimentos das demarcações, sem deixá-los ao bel prazer dos antropólogos da Funai, cujos pareceres não observam o texto constitucional. Discordamos deste procedimento. Sentimo-nos no dever de criar uma CPI, da qual sou relator, para apurar ações de Organizações Não Governamentais (ONGs) que se aproveitam dos índios e dos quilombolas. Como pretendemos quebrar o sigilo bancário, algumas delas andam muito agitadas.

> “PELO FATO DA NÃO REMUNERAÇÃO PELO TRABALHO DE MELHORAMENTO GENÉTICO, CORREMOS O RISCO DE COMPROMETER O FUTURO DA PESQUISA NO SETOR.”

É POSSÍVEL ALINHAR A DIVISÃO EXISTENTE ENTRE LIBERAR E RESTRINGIR A AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS?

NL: Esse tema está na ordem do dia. Mas, desde já, adiantamos a nossa afirmação a favor dos investimentos estrangeiros em terras brasileiras. Sobre isso, falta, em nosso entender, uma melhor explicação. Em primeiro lugar, o termo correto deveria ser: “venda de terras a empresas brasileiras com maioria de capital estrangeiro”.

Aqueles que se apresentam em posição contrária precisam entender que o estrangeiro não chegará

e comprará uma porção de terra para colocá-la em contêineres e levá-la até a Europa, a Ásia, outros cantos da América etc. Não é isso. Os investimentos trazidos para adquirir áreas gerarão empregos, renda e arrecadação de impostos. Teremos mais produção para abastecer o mercado interno e gerar divisas para as exportações. Isso é bom para o Brasil. Apoiamos a aprovação dessa lei. Qual é a dúvida?

É POSSÍVEL PRIORIZAR ESSA EXTENSA PAUTA DE TRABALHO?

NL: É possível, sim. Falamos, aqui, sobre alguns temas dessa extensa pauta. Algumas perguntas formuladas fazem parte da nossa agenda de trabalho. Temos o desafio de implantar grandes reformas: da previdência, da legislação trabalhista, da demarcação de terras indígenas e do licenciamento ambiental. Debatemos, no Congresso Nacional, uma política de seguro rural e a legislação mais moderna para registro dos agroquímicos e dos recursos genéticos. Buscamos, a todo custo, melhorar a desejável segurança jurídica para quem produz. É importante dizer, ainda, que essa pauta não é estanque. Ela flui e se renova a cada momento. ■



“(...) O TERMO CORRETO DEVERIA SER: ‘VENDA DE TERRAS A EMPRESAS BRASILEIRAS COM MAIORIA DE CAPITAL ESTRANGEIRO’.”